

Cidades Medievais do Século XXI: ou Como a Forma de integrar Moradia e Trabalho pode fomentar Processos de Exclusão e Inclusão territorial urbana

Arlinda Oliva

UNEB – Salvador - BA
aoliva@uneb.br

Resumo: Este trabalho se constitui uma reflexão com base bibliográfica sobre a questão da exclusão e da inclusão territoriais urbanas, promovidas por configurações contemporâneas de territórios destinados prioritariamente à moradia, não havendo a intenção de serem propostas metodologias de investigação, nem de serem apresentadas conclusões. A questão da moradia das populações, quaisquer que seja o seu perfil, se apresenta como problema antigo na maioria das grandes cidades do mundo e em quase todas as épocas da história da humanidade. Modernamente, o problema continua existindo, pois a questão ainda não é plenamente conhecida. Mais recentemente, na última década, em algumas metrópoles brasileiras tem sido observado que, o aumento da complexidade da mobilidade e violência urbanas, tem sido usado como justificativa para a concepção de um novo modelo de moradia destinado a populações de renda média e alta: condomínios residenciais auto-suficientes, ou áreas integradas de múltiplos usos, e em especial, áreas que integram moradia e trabalho, que em última instância, podem ser comparadas metaforicamente ao modelo de morar do período medieval. Procedida a análise do referencial bibliográfico sobre o tema, se entende que, a concepção de condomínios "completos" que buscam atender a expectativa específica de uma forma de vida de um grupo de indivíduos, se apresenta como solução que mascara uma questão maior: o acesso à terra.

Palavras-Chave: Bairro, Habitabilidade, Sustentabilidade Urbana

Abstract: This work is a reflection with a bibliographic database on the issue of exclusion and inclusion territorial promoted by urban contemporary configurations of priority areas for housing, with no intent to be proposed research methodologies, or to present findings. The issue of housing the population, whichever is your profile, is presented as long-standing problem in most large cities in the world and in almost all periods of history. Nowadays, the problem still exists, because the issue is not fully known. More recently, in the last decade, in some Brazilian cities has been observed that the increasing complexity of mobility and urban violence, has been used as justification for the design of a new type of housing for the populations of middle and high income: condominiums residential self-sufficient or integrated areas of multiple uses, and in particular areas that integrate housing and work, which ultimately can be metaphorically compared to the model of living the medieval period. Proceeded to a theoretical analysis on the subject, the design of condominiums "complete" that seek to meet the expectation of a specific form of life of a group of individuals, it is understood that is presented as a solution that masks a larger issue: access to land.

Keywords: Subdivision, Habitability, Urban Sustainability

1. Bairro, Habitabilidade, Sustentabilidade Urbana

Antônio Cândido¹ apresenta a seguinte definição para o termo bairro: “além de determinado território, o bairro se caracteriza por um segundo elemento, o sentimento de localidade existente nos seus moradores, e cuja formação depende não apenas da posição geográfica, mas também do intercâmbio entre as famílias e as pessoas, vestindo por assim dizer o esqueleto topográfico: - O que é bairro? – perguntei certa vez a um velho caipira, cuja resposta pronta exprime numa frase o que se vem expondo aqui: - Bairro é uma naçãozinha. – Entenda-se: a porção de terra a que os moradores têm consciência de pertencer, formando uma certa unidade diferente das outras”.

Aldo Rossi² relaciona o bairro à sua dimensão de forma e tamanho, e define o termo bairro como uma forma física, um pedaço urbano que cresce segundo tais eixos ou tais direções, tem determinado tamanho, e seu traçado segue uma lógica espaço-social. Ou seja, o bairro é uma unidade morfológica espacial e morfológica social ao mesmo tempo. Segundo o autor, o bairro torna-se, pois, um momento, um setor da forma da cidade, intimamente ligado à sua evolução e à sua natureza, constituído por partes e à sua imagem. Para a morfologia social, o bairro é uma unidade morfológica e estrutural; é caracterizado por uma certa paisagem urbana, por um certo conteúdo social e por uma função; portanto, uma mudança num desses elementos é suficiente para alterar o limite do bairro.

Marcelo Souza³ registra que o bairro corresponde também à dimensão política do território e relaciona o termo a um referencial direto e decisivo, pois define territorialmente a base social de um ativismo, de uma organização, aglutinando grupos e por vezes classes diferentes (em níveis variáveis de acomodação ou tensão); e catalisa a referência simbólica e, politicamente, o enfrentamento de uma problemática com imediata expressão espacial: insuficiência dos equipamentos de consumo coletivo, problemas habitacionais, segregação sócio-espacial, intervenções urbanísticas autoritárias, centralização da gestão territorial, massificação do bairro e deterioração da qualidade de vida urbana.

Lefebvre⁴ reforça a idéia que o bairro corresponde a uma escala territorial que é definida também por um módulo social, ou melhor, é onde há maior convergência entre o espaço geométrico e o espaço social, entre o quantificado e o qualificado. O bairro seria a diferença mínima entre os espaços sociais múltiplos e diversificados, ordenados pelas instituições e pelos centros ativos. Seria o ponto de contato mais acessível entre o espaço geométrico e o espaço social, o ponto de transição entre um e outro; a porta de entrada e saída entre espaços qualificados e espaço quantificado, o lugar de onde se faz a tradução (para e pelos usuários), dos espaços sociais (econômicos, políticos, culturais, entre outros) em espaço comum, quer dizer, espaço geométrico.

Antonio Custodio⁵ apresenta para o termo bairro uma definição que inclui elementos como espaço, características sociais comuns, interação social, não havendo, no entanto, consenso quanto a dimensão do espaço, quanto ao conteúdo e extensão das características sociais, e quanto a densidade da interação. Argumenta que, os bairros são mais valorizados em função da intensidade da significação e da qualidade de utilização e de apropriação simbólica, sempre que sejam especificados, seja por um determinado tipo de população, seja por uma função particular, seja pela conjunção dessas duas características. O autor registra também que, o bairro funciona como o modo de promoção das relações sociais e de promoção de alojamento ou moradia, não sendo a base privilegiada das relações, nem o lugar de utilizações cotidianas, dispersando-se estas relações segundo o seu tipo e especificidade, pelo território mais vasto de toda a cidade, o que significa dizer que, o bairro funciona mais como pertença social do que como meio de vida, embora o nível social do indivíduo tenha papel importante, não sendo contudo nem determinante, nem prioritário, nem automático, pois a percepção e a significação do bairro para o indivíduo diferem segundo a combinação de múltiplas variáveis.

Sandra Leão⁶ em trabalho de sua autoria conclui que, o bairro é a antítese da desagregação social, sendo construída na escala do cotidiano a possibilidade do reconhecimento, do pertencimento e do fortalecimento de vínculos, a despeito dos cenários multiculturais e desenraizados das modernas metrópoles.

Fadda e Cortés⁷ acrescentam que, a vida em um bairro se constitui como indutor de identidade social, pois as pessoas se reconhecem e se reafirmam através de seu bairro.

As modernas questões de sustentabilidade podem também serem acrescentadas aos tradicionais

1 Sousa, Antonio Cândido Mello e., 1987.

2 Rossi, Aldo, 1995.

3 Souza, Marcelo José Lopes de, 1989 (p139-172).

4 Lefebvre, Henri, 1971 (p195-200).

5 Gonçalves C. 1988 (p17)

6 Leão Barros, Sandra A. 2004.

7 Fadda, G. Cortés, A. 2009 (p111)

conceitos de bairro. Um bairro sustentável⁸, em linguagem empresarial, pode ser definido como um lugar onde se encontra as condições ideais para viverem em harmonia, homem e planeta Terra, atendendo aos três aspectos que constituem o tripé da sustentabilidade: economicamente viável, socialmente justo, e ecologicamente correto. Um bairro é considerado sustentável quando nele encontramos um conjunto de características complementares que criam uma sensação de bem-estar coletivo, o que inclui baixos ruídos externos, ausência de poluição visual, calçadas em bom estado de conservação com arborização que produza sombras, segurança, relação entre veículo e pedestres equilibrada, escala humana correta entre a quantidade de pessoas, as construções e os equipamentos públicos, e condições que facilitem o encontro das pessoas para conversar nas calçadas ou nos lugares públicos

As fachadas das edificações devem ser amistosas, transmitindo uma sensação de harmonia e coerência visual. É importante que haja um mix de tipos de construção para atividades ligadas ao comércio e a serviços. Essa mistura de casas, lojas, escritórios, significa oportunidades de trabalho e conforto para os seus moradores. A variedade de moradias é outro fator que deve ser considerado. A existência de diferentes opções, tais como, casas isoladas, casas geminadas, condomínios horizontais, apartamentos simples, duplex e flats, permite ao morador uma mudança de residência com permanência no bairro, mesmo nas diferentes fases do seu ciclo de vida. O bairro sustentável oferece opções de preços para comprar ou alugar dentro da capacidade de pagamento do morador. Deve haver um equilíbrio entre a demanda e a oferta de imóveis na região que permita a viabilização de bons negócios para as partes envolvidas. Nesse bairro deve haver comércio, escolas, supermercados, hospitais, parques, serviços em geral. Enfim, tudo que seja necessário para o pleno atendimento da demanda do dia-a-dia dos seus moradores. A quantidade de áreas verdes no bairro é um aspecto relevante na análise de sua sustentabilidade. Essas árvores podem estar nas calçadas, praças, parques, ou nas residências, o importante é tê-las, pois elas trazem grandes vantagens para os moradores e para o meio ambiente, incluindo animais de estimação e animais naturais do habitat. São elas que dão sombra, criando ambientes agradáveis, interceptam a chuva, evitando alagamentos, melhoram a qualidade do ar e do clima, e ainda aumentam o valor dos imóveis da região. Se no bairro boa parte da superfície estiver pavimentada isso trará problemas no escoamento das chuvas, podendo ocasionar alagamentos, além de criar ilhas de calor devido ao aumento da temperatura pela reflexão dos raios solares.

Um bairro que reúna todas as características mencionadas no parágrafo anterior, no entender da autora desta reflexão, pode vir a atender a dois dos aspectos que compõem o conceito de sustentabilidade: viabilidade econômica e ecologia em harmonia, não havendo menção do aspecto que remete ao socialmente justo. Além disso, para ser considerado sustentável², não é suficiente que o bairro confira condições ambientais equilibradas a seus moradores, mas que o faça mantendo baixos níveis de externalidades negativas sobre outras regiões (próximas ou distantes) e sobre o futuro. Isso implica atentar não apenas para a escala local, ou intra-urbana, da sustentabilidade, mas também levar em consideração a escala regional, constituída pela cidade e suas relações com o entorno, e a escala global, constituída pelos impactos da mesma sobre questões globais, como efeito estufa, e por questões relativas aos impactos agregados da rede mundial de grandes cidades sobre o planeta, pois a noção de sustentabilidade³ urbana está centrada na reconstituição da legitimidade das políticas urbanas, que combina modelos de eficiência e eqüidade, e remete a sustentabilidade à construção de pactos políticos capazes de reproduzir suas próprias condições de legitimidade e assim dar sustentação a políticas urbanas que possam adaptar a oferta de serviços urbanos às demandas qualitativas e quantitativas da população.

Serrano⁴ define a habitabilidade de uma cidade como a incorporação do conceito de sustentabilidade aos processos de uma cidade, sendo necessário integrar os fatores técnicos e humanos que fazem com que seus habitantes queiram viver naquela cidade, e que a cidade siga desejável para as futuras gerações. Para o autor, uma cidade é sustentável, na medida em que, os habitantes que vivem nela, queiram, desejem, necessitem, e amem permanecer nela, sendo que o principal recurso de garantia da sustentabilidade das cidades, muito mais que seus edifícios, sua energia, e sua água, são seus habitantes e o tecido de suas relações, pois as pessoas que habitam as cidades no transcurso de gerações são em si renováveis. No entanto, o autor argumenta que, a arquitetura de hoje tem o desafio de criar o patrimônio arquitetônico para os próximos ciclos, acrescentando que, a cidade e de seus cidadãos, para viabilizar a sua sustentabilidade, precisam utilizar energias renováveis, restaurar a biodiversidade de bacias hidrográficas urbanas, aumentar a densidade de áreas verdes, reconhecer os limites e os padrões sociais e físicos de habitabilidade da cidade, e estimular a participação dos cidadãos para a melhoria dos mesmos

8 Luiz Fernando do Valle em <http://www.blograizes.com.br/o-seu-bairro-e-sustentavel.html>

2 McGranahan; Satterthwaite, 2002, Miller; Small, 2003 citados em Braga, 2004

3 Acserald, 1999 citado em Braga, 2004.

4 Serrano, P. 2009 (p193).

Finalmente, pode-se ainda registrar que, o significado do termo bairro está inicialmente associado à idéia do ‘*genius loci*’, lenda romana em que se acreditava existir para cada cidade do império um *genius* próprio, guardião daquela *urbis*, presente não só nas edificações, mas também nas pessoas, no comportamento, na vida que se desenrolava ali. *Genius* que determinava seu caráter e sua essência, acompanhando-os do nascimento à morte. *Genius Loci*¹ é um conceito romano para o qual existia um espírito do lugar – o *genius loci* (*genius* – espírito, *loci* – lugar), guardião para cada cidade. Cada lugar onde ocorria vida, continha seu próprio *genius*, que se manifestava tanto na locação, como na configuração espacial e na caracterização da articulação entre espaço e pessoas.

2. Moradia e Trabalho como Elementos Estruturantes dos grupos de indivíduos e dos territórios de acordo com a antropologia

A relação entre espaço físico e cultura pode muitas vezes ser percebida, observando-se onde e como os membros de um grupo social se localizam, se acomodam e se abrigam, estabelecendo assim vinculação entre território e abrigo do indivíduo. Na antropologia, a acomodação territorial de grupos de uma sociedade em relação uns com os outros, com seus recursos ambientais e com as outras sociedades é chamada de padrão de aldeamento². Um aldeamento humano é constituído de algo mais que apenas a terra na qual reside um povo e dos abrigos que construiu. Os aldeamentos também incluem as terras afastadas das quais são obtidos os recursos naturais da produção. No processo de adaptação ao seu ambiente, os grupos humanos retiram recursos naturais do meio e os convertem em recursos culturais através de processos econômicos de produção, distribuição e consumo. O reconhecimento social da matéria-prima do ambiente como recurso cultural transforma os materiais brutos do ambiente em propriedade. Os padrões de aldeamento estabelecem a identidade dos territórios que corresponde à identificação de recursos locais e valores do grupo, percebidos endógena e exogenamente como características específicas de um determinado território: paisagem, cultura, música, arquitetura, patrimônio histórico, folclore, etc. Esta identidade, construída historicamente, apresenta símbolos e interesses da população local. Geralmente, grande parte destes valores simbólicos e produtos têm repercussões na economia do território e pode contribuir para o seu desenvolvimento, se já não o fez em outras épocas. O local onde os grupos se acomodam não é apenas o espaço físico. O local é um território, ou seja, envolve aspectos geográficos (lote, clima, fauna, flora, topografia, geologia), políticos (poder), antropológicos (demografia), sociológicos (cultura, crenças, tradições), econômicos (trabalho), psicológicos (condicionantes, símbolos), e como tal expressa as possibilidades de desenvolvimento da comunidade que nele vive. Neste território³ existe a identidade e a cultura de uma comunidade que foi construída ao longo do tempo. Constitui o modo de ver e de fazer, de resolver problemas, de pensar o presente e o futuro. Assim, a referência ao local, induz ao concreto, imediato e conhecido/reconhecido pela experiência. Os limites ou fronteiras de um território também são definidos localmente. Contudo, nem sempre os limites e fronteiras de um território coincidem com mapeamentos externos realizados por estudiosos e poder administrativo.

Santos⁴ argumenta que a sociedade só pode ser definida através do espaço, já que o espaço é o resultado da produção, uma decorrência de sua história, mais precisamente, da história dos processos produtivos impostos ao espaço pela sociedade. O autor coloca o tempo como base indispensável para o entendimento do espaço, pois a estrutura do espaço varia conforme os diferentes períodos históricos. O autor argumenta ainda que, a formação do território é algo externo ao território, pois a periodização da história é que define como será organizado o território, ou seja, o que será o território e como serão as suas configurações econômicas, políticas e sociais. O autor evidencia o espaço como variável a partir de seus elementos quantitativos e qualitativos, partindo de uma análise histórica, pois a cada momento histórico, cada elemento muda seu papel e a sua posição no sistema temporal e no sistema espacial e, a cada momento, o valor de cada qual, deve ser tomado da sua relação com os demais elementos e com o todo. Para o autor, o território configura-se pelas técnicas, pelos meios de produção, pelos objetos e coisas, pelo conjunto territorial e pela dialética do próprio espaço. Somado a tudo isto, o autor vai mais adiante e consegue penetrar, conforme suas proposições e metas, na intencionalidade humana. Mais adiante, continua avançando na construção do conceito de território e inclui mais um item para suas análises: conclui que o trabalho é um dos pontos fortes para a compreensão do território. Desta forma, o autor sugere aos pesquisadores do território que se adentrem no mundo do trabalho, para efetuar uma ampla compreensão do mesmo. Para este autor, urge um embate teórico entre as rugosidades, as periodizações, as técnicas, o território, a emoção e o trabalho, objetivando o entendimento da sociedade,

1 Norberg-Schulz, Christian, 1980.

2 Hoebel, Frost, 1990

3 Rosa, s.d.

4 Santos, M. 1988

do espaço e das razões que formam e mantém um território.

Modernamente, existe aceitação que, na gestão dos territórios (seja um bairro, seja uma cidade), tecnologias de produção e gestão, de bens e serviços, precisam estar integradas a tecnologias sociais, ou seja, a um conjunto de técnicas e metodologias interligadas e de diferentes áreas tais como engenharia, nutrição, saúde, educação, economia, agronomia e outras, que visa a melhoria das condições de vida das pessoas e a redução das desigualdades sociais, solucionando problemas relativos à alimentação, saúde, saneamento, habitação, meio ambiente, trabalho, etc; e que pode ser contextualizada e reproduzida nos diferentes territórios como condição necessária para a efetividade de progresso e bem-estar social. A compreensão das limitações de produção de um território qualquer, tem inclusive levado o poder público a conceber projetos de desenvolvimento sustentável onde existe a aliança entre pesquisa científica e planejamento/execução de ações de curto, médio e longo prazo com os atores locais, seus desejos, necessidades, potencialidades e limitações, nos quais a integração de diversas dimensões de um objeto de estudo, é estratégia para não se limitar o território, ou comunidade/espaço a um único modelo de produção e sobrevivência.

3. Inclusão e Exclusão Social como Estratégias Estruturantes dos grupos de indivíduos e dos territórios na Idade Média e no Século XXI

A Idade Media teve início com o fim do Império Romano provocado pela chegada dos chamados povos bárbaros que espalharam o terror, atacando cidades, saqueando, e por fim se estabelecendo e se misturando aos povos nativos dando origem aos atuais povos e países europeus. Durou praticamente 1000 anos, (476-1453), período no qual, na Europa, se construíram muitos castelos fortificados que protegeriam os europeus dos invasores. As pessoas passaram a viver em torno destes castelos praticando uma agricultura e artesanato para a própria subsistência. As cidades medievais caracterizaram-se assim por ocuparem espaços claramente definidos por muros, preenchidos por ruas, vielas, praças, que se sucediam dando acesso às edificações, em torno dos castelos e das igrejas. Nas praças se desenrolava toda a vida da comunidade, o mercado, as festas religiosas, as manifestações de arte.

Goff¹ explica que, essas cidades, ao contrário daquelas da Antiguidade romana, não tinham um papel agressivo. Mas era necessário proteger seus habitantes, suas igrejas, suas casas, seus entrepostos e os instrumentos de trabalho. Seus moradores não eram guerreiros, mas clérigos (padres, monges, religiosas em grande número), burgueses (comerciantes ricos, proprietários de belas casas e opulentos celeiros), artesãos (com seus preciosos instrumentos de trabalho), e ainda uma boa quantidade de povo comum. A muralha assegurava a proteção. Mas como toda construção monumental, a muralha tinha também uma função simbólica. Através de seus muros, ameias e torres, pelos campanários das igrejas e observatórios móveis de vigília, enfim, pelas torrinhos privadas dos burgueses ricos, através de tudo isso, a cidade medieval impunha uma imagem de poder e de riqueza. A muralha era um signo de poder. Por outro lado, esses muros delimitavam um espaço geográfico e, na medida em que a população crescia, fazia-se necessário construir-los continuamente.

Este fenômeno impressionou deveras o escritor Dante Alighieri, escritor e político, que viveu em Florença, entre 1265 e 1321, e foi considerado o primeiro e maior poeta da língua italiana, que opunha à Florença antiga (onde por trás de uma muralha contida reinava a moralidade) a Florença nova (cujo espaço ampliado tornara propício o deboche e a riqueza corruptora). O autor em questão, utiliza duas categorias sociais irônicas os *gros* (ou grãs) e os *menus*, para explicar a sociedade da época. Tratava-se de uma distinção que se tornou muito comum nas cidades da Idade Média, sobretudo na Itália. No século XIII, a evolução da sociedade urbana conduziu-a a um amálgama entre burgueses e não burgueses, amálgama este que se denominou de “povo” – do latim, *populus*. Este conceito se estruturou em dois sub-conjuntos: os *gros* – que na Itália seriam chamados de *popolo grasso*, ou grosso (no Brasil, os “graúdos”) e os *menus*, isto é, os pequenos ou *populo minuto* (no Brasil, o “povinho” ou “povão”). Uma boa parte dos conflitos ocorridos nas cidades, nos séculos XIII e XIV, foi decorrente de uma oposição entre os *gros* e os *menus*. Os “graúdos”, que dominavam os governos das cidades, aproveitavam esta circunstância para oferecer formidáveis isenções fiscais a si próprios. E este foi um dos principais motivos de conflito entre os dois grupos. Os “miúdos” queriam obrigar os “graúdos” a cobrarem impostos também de si mesmos, isto é, obrigá-los a se auto-taxarem. É isto que os levava a afirmar, perante São Luiz, que as cidades eram grandes centros de injustiça, pois os mais ricos pagavam menos impostos que os mais pobres, um fenômeno ainda recorrente. As praças públicas exerciam papel de importância, por serem o local onde quase todas as relações de comércio e comunicação se realizavam, inclusive manifestações de política, crenças, cultos, artes como teatro, música, narração, poesia, diálogo, entretenimento, flerte, afetividade, diversão, com especial destaque o renascimento do teatro, que antes próspero na Antiguidade, havia sido

¹ Le Goff, J. 2004.

condenado pela Igreja, que o considerava um prazer diabólico. Assim, as cidades medievais desempenharam um papel importante no desenvolvimento de um espírito estético. O belo não era um valor bem definido no começo da Idade Média. Confundia-se mais ou menos com o útil. A população da Idade Média, anti-ecológica, considerava o campo hediondo, as montanhas aterrorizantes, e o mar odioso. Só a cidade era bela. E isso, não só porque ela proporcionava segurança, mas também por razões estéticas. Esta foi uma das últimas “funções”, segundo o autor, exercidas pelas muralhas, pelos torreões e pelos portões. Eles eram belos pelo fato de que seus moradores os considerava belos.

Crosetti¹ esclarece também que, na Idade Média, vizinhança era uma ligação importante entre os indivíduos. A vizinhança reunia indivíduos, dava-lhes uma identidade comum (ligada a um santo patrono da paróquia), garantia um grupo de apoio para auxílio mútuo, uma comunidade de devoção. Assim sendo, é compreensível que o fator vizinhança tivesse também um papel importante nas relações políticas e econômicas da cidade medieval. Do ponto de vista da análise topográfica, parece bastante significativo o fato de que, em cidades onde havia mais abertura comercial, não tenha sido encontrado um processo de concentração das residências das famílias mais poderosas em determinado bairro ou rua, como se constata em cidades mais fechadas ao comércio externo, o que significa que, não se pode buscar a resposta para estes diferentes modelos de ocupação do solo urbano exclusivamente na economia. A análise extra-econômica dos registros de imóveis também é importante devido ao caráter particular de sociedade medieval, na qual a organização espacial correspondia, quase sempre, a características particulares dos diferentes grupos profissionais (corporações) e religiosos (confrarias), que tinham na igreja paroquial o seu ponto de encontro. Em torno delas se agrupavam artesãos e comerciantes que tinham na religiosidade um denominador comum. A proximidade destes grupos, que eram conjuntamente responsáveis pelas suas paróquias e pela administração da cidade, possibilitava o diálogo e a extraordinária estabilidade, fora alguns episódios de revolta popular. A autora esclarece ainda que, no entanto, nas cidades medievais, o importante não era apenas o quanto rica era uma família, mas também a forma como ela utilizava a sua riqueza. E fazia parte do conjunto de obrigações não escritas do grupo dominante o cuidado com os pobres, com a defesa e manutenção das cidades. Desta forma os mecanismos de exercício de poder proporcionavam uma espécie de “distribuição de riqueza”, base do acordo entre dirigentes e dirigidos. E nisso, talvez, resida uma das maiores diferenças entre as sociedades urbanas pré-industriais e as posteriores.

Pode-se também creditar às cidades medievais a criação dos primeiros locais de ensino não destinadas ao clérigo ou aos nobres, ou seja, o embrião de uma escola pública. A Idade Média tem ainda como legado a criação das universidades e o início dos princípios que iriam fundamentar a metodologia científica do mundo moderno. No final do período da Idade Média, porém, seria o canhão, com suas balas de ferro, que iria decretar o fim das muralhas e das torres, havendo em alguns casos a preservação das fortalezas.

Nesta primeira década do século XXI, a observação do movimento do mercado imobiliário das grandes metrópoles, e em especial, as metrópoles brasileiras, conduz a uma comparação metafórica com o modelo de morar vigente na Idade Média, na medida em que, os modernos empreendimentos imobiliários com vertente dominante habitacional apresentam aspectos simbólicos similares a aqueles que serviram de lastro para a criação e operacionalização das cidades medievais. Nas duas últimas décadas, de forma progressiva, os condomínios residenciais têm incorporado novos elementos de uso, iniciando com equipamentos de lazer, como quadras esportivas, antes situadas na esfera do bairro, culminando recentemente com a inclusão de escolas, de grande porte inclusive, sendo que o aspecto determinante para a concepção desse modelo de condomínio é a integração da moradia e do trabalho no mesmo espaço, pois ao oferecer edificações específicas para o trabalho, é esperado que as pessoas adquiram o apartamento e a área comercial. Tais empreendimentos residenciais, denominados condomínios “completos” ou de “múltiplos usos”, a despeito da semântica de seu nome, parece desconhecer, ou ignorar, o significado do termo bairro exposto no presente trabalho, assim como os conceitos de território e de sustentabilidade urbana, ao oferecer soluções pontuais para os problemas que vinculam moradia e trabalho às questões da gestão urbana, embora desde sempre, estes dois aspectos tenham estado vinculados ao espaço, de acordo com a antropologia.

Nas últimas décadas, diminuir a distância entre moradia e trabalho tem sido associado a padrão de boa qualidade de vida, na medida em que, o tempo de deslocamento entre estas unidades funcionais é considerado tempo literalmente perdido. Nas metrópoles brasileiras, o deslocamento diário entre a habitação e o local de trabalho, está vinculado não apenas à variável tempo, mas também a aspectos outros, tais como, saúde física e mental, violência urbana e acidentes, consumo de recursos financeiros, e possivelmente concorre com a produtividade e a qualidade no desempenho do trabalho em sua essência. Esse cenário tem servido de justificativa para estimular a concepção de empreendimentos na construção

¹ Crosetti, C. 2000 (p4-5)

civil, “aparentemente” habitacionais, mas que, no seu desenho contemplam edifícios residenciais, torres empresariais e comerciais, centros odonto-médico e day-hospital, espaços diversificados para lazer, arte, e esporte, serviços de apoio como lavanderia, unidades assistencialistas como escolas e capelas, e até heliponto, sendo que, embora apresentem acessos distintos, as edificações são integradas através da área na qual estão inseridas, o que confere a esse espaço físico, características similares a aquelas que designam o conceito de bairro, termo inclusive usado no material publicitário dos referidos empreendimentos. Desta forma, facilitar a mobilidade ou o deslocamento espacial entre casa e local de trabalho, e com isso eliminar as variáveis indesejadas citadas anteriormente, tem sido usado como justificativa para a concepção dos referidos empreendimentos. Outra justificativa amplamente alardeada é o apelo ecológico dos modernos projetos.

No entanto, pode-se observar que, a principal justificativa, embora não explicitada, seja a escassez de terrenos (principal fator de produção do segmento produtivo construção civil) situados em bairros originalmente privilegiados, em contrapartida com o crescimento em número absoluto da população, o que tem forçado um movimento de avanço sobre áreas outrora não desejadas, e cuja ocupação nativa não condiz com a faixa de renda do potencial usuário dos mencionados condomínios, sendo necessário, desta forma, serem literalmente estabelecidos padrões internos de vizinhança, para tornar o empreendimento atrativo e assimilado para seu usuário, o que significa estabelecer padrões de exclusão e inclusão de vizinhança. Tal circunstância exige o esforço de se forjar como tendência a criação de bairros projetados, destinados a populações de renda média e alta, nos quais a adoção de um modelo de moradia “completo” ou de “múltiplos usos” efetiva solução de perímetro circunscrito a grupos de indivíduos cuja variável faixa renda atua como determinante na sua configuração, e mascara ou dilui diferentes estilos de morar e trabalhar.

Esta solução, e não tendência, parece se estabelecer destituída de critérios sociais, em especial aqueles que vinculam o cidadão ao espaço da cidade, estando porém suportada por condicionantes técnicos, econômicos, e legais, embora a atual legislação brasileira para o tema, a exemplo do Estatuto da Cidade¹, e de exigências documentais como análise de impacto de vizinhança, aborde questões similares. Além disso, o estabelecimento de soluções simplistas, pontuais, e circunscritas, como os condomínios completos e os auto-denominados bairros ecológicos, desenha um padrão que, vai de encontro ao conceito de sustentabilidade urbana, na medida em que, isola seus moradores e lhes limita a oportunidade de interagir com a diversidade, seja ela espacial e social, e desta forma, construir a evolução das sociedades e dos espaços. As soluções tecno-econômicas-ambientais adotadas para a concepção dos modernos empreendimentos habitacionais referidos, acrescida à realidade de apresentar em quase todos os seus aspectos ausência de harmonia para além dos muros dessa cidade medieval do século XXI, seja na estética das edificações, seja nos modos vida das populações, estabelece um padrão interno e externo de vizinhança, alimentando processos de exclusão territorial e social, o que pode vir a inviabilizar a sustentabilidade do modelo, a médio e longo prazos.

4. Considerações Finais

A presente reflexão, baseada na análise dos argumentos expostos, oriundos de pesquisa bibliográfica e de observações empíricas, entende que, promover e associar moradia e trabalho, sem prejuízo do entorno físico e social, se configura como necessidade e desafio do indivíduo e da sociedade, e tem no setor produtivo construção civil um dos seus principais agentes.

Neste sentido, como consideração primeira pode ser mencionado que, o modelo de condomínio “completo” ou mixed-use, promovido pelo mercado imobiliário tem encontrado acolhimento não apenas nos potenciais usuários, mas também no poder público, cuja omissão de atuação integrada nas questões de habitação e urbanismo, ao longo de décadas, tem contribuído para a geração de soluções excludentes para a questão da moradia (se resolve o problema de um grupo de indivíduos e se ignora a existência de muitos outros problemas de muitos outros grupos), mas que se configuram também como soluções includentes (se define um grupo de indivíduos a partir de uma única ou de algumas poucas variáveis, a exemplo de renda familiar, e se desenha uma solução de problema de moradia para o grupo definido por aquelas poucas variáveis). Assim, a concepção de condomínios planejados, “completos”, e de “múltiplos usos”, destinados a populações de renda média e alta, não parece ser uma tendência do setor de edificações, mas antes, uma solução encontrada para o problema da ausência de ações oficiais na gestão urbana, sendo

¹ O Estatuto da Cidade é a denominação oficial da lei 10.257 de 10 de julho de 2001, que regulamenta o capítulo “Política urbana” da Constituição brasileira, e define uma série de instrumentos urbanísticos que visam estimular a função social do solo e têm no combate à especulação imobiliária e na regularização fundiária dos imóveis urbanos seus principais objetivos.

necessário que, a adoção desta solução seja monitorada com pesquisa de campo, como forma de se validar enquanto solução, no sentido de se evitar que seja tomado o efeito pela causa, para nortear decisões de ordem coletiva.

Como segunda consideração, o referencial teórico registra que, valores simbólicos e produtos, têm repercussões na economia do território, e podem contribuir para o seu desenvolvimento. Nos condomínios residenciais concebidos para serem “completos” ou de “múltiplos usos”, este movimento parece ter direção inversa, ou seja, o modelo econômico endógeno ao condomínio gera os valores simbólicos do mesmo, o que vai de encontro aos aspectos teóricos que definem território (ou bairro). Por outro lado, o referencial teórico registra que, a sociedade é definida através do espaço, e este é o resultado da produção. Nos condomínios residenciais concebidos para serem “completos” ou de “múltiplos usos”, este movimento parece ter direção similar, na medida em que, o modelo de produção endógeno ao condomínio gera os espaços, e estes geram a sociedade dos incluídos (e por consequência, a sociedade dos excluídos).

Como terceira consideração, a concepção de condomínios “completos” que buscam atender a expectativa específica de uma forma de vida de um grupo de indivíduos e suas famílias, incluindo seus animais e vegetais, e deste modo, buscam “forjar a concepção de um bairro” ou “construir cidades medievais do século XXI”, se apresenta como solução de habitação descontextualizada com o atual conceito de moradia, que associa a habitação às condições do meio físico e social, e ao morador, ou seja, a aquele que faz uso da habitação de forma funcional e racional, sem prescindir do aspecto emocional, e do vínculo ao seu ciclo de vida.

Como quarta consideração, as questões de sustentabilidade urbana ficam restritas ao uso de alguns poucos aspectos do empreendimento, a exemplo de medidores de consumo de água e energia.

Como quinta consideração, o contraste entre a uniformidade no perfil das famílias usuárias, e a diversidade de perfis que caracteriza um bairro, uma cidade, e mesmo a cidade medieval.

Permeando todos os argumentos, comparações, e considerações expostas na presente reflexão, seja na Idade Média, seja no século XXI, existe a questão do acesso à terra.

5. Referências Bibliográficas

- BARROS, Sandra Leão.** *Que Recorte Territorial Podemos Chamar de Bairro?: O caso de Apipucos e Poço da Panela no Recife.* Revista de Urbanismo N° 9, marzo 2004
ISSN 0717-5051.
- BRAGA, M. T. et al.** Sustentabilidade e condições de vida em áreas urbanas: medidas e determinantes nas Regiões Metropolitanas de São Paulo e Belo Horizonte. em: Encontro de Estudos Populacionais. Caxambu. Minas Gerais, Brasil. 2004. ABEP.
- CORTEZ, G. R.** Os espaços de comunicação nas cidades medievais: um estudo sobre a mediação cultural e a constituição comercial da mídia moderna. Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação | E-compós. Brasília. v.12. n.1. jan./abr. 2009. E-ISSN 1808-2599.
- CROSETTI, Cybele.** Topografia e estratificação social representações e mecanismos de poder na cidade medieval. Revista Anos 90: Revista do PPG em História/UFRGS. Porto Alegre. n. 14. p.294-311. 2000. ISSN 1983-201X.
- FADDA, G. e CORTÉS, A.** Hábitat y adulto mayor: El caso de Valparaíso. Revista INVI. N° 66. Volumen N° 24: p.89-113. Agosto 2009. ISSN: 0718–1299.
- GOFF, Jacques.** As cidades medievais estão na gênese do estado moderno. Entrevista realizada por François Giron e publicada originalmente na revista Le Point, nº duplo 1684/1685, de 23 a 30 de dez de 2004. Tradução: Letícia Ligneul Cotrim. Revisão técnica: Mauro Almada.
- GONÇALVES, Custódio.** Os bairros urbanos como lugares de práticas sociais. Revista da Faculdade de Letras-Geografia. I Serie. Vol IV Porto. p.15-31. 1988. ISSN 0871-1666.
- HOEBEL, E. F.** Antropologia cultural e social. São Paulo, Brasil: Cultrix. 1990.
- LEFEVRE, Henri.** Barrio y vida de barrio. De lo rural a lo urbano. Barcelona, Espanha: Ediciones Península. 1971. p.195-200.
- NORBERG-SCHULZ, Christian.** Genius Loci: towards a phenomenology of architecture. New York, Estados Unidos: Rizzoli, 1980.

- ROSA, S. C.** *Temas para reflexão em desenvolvimento local sustentável*. Brasil: PNUD, [S.d.].
- ROSSI, Aldo.** *A arquitetura da cidade*. São Paulo, Brasil: Martins Fontes. 1995.
- SANTOS, M.** *Técnica, espaço e tempo*. São Paulo, Brasil: Hucitec. 1997.
- SANTOS, M.** *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo, Brasil: Hucitec. 1988.
- SERRANO, P.** *Valparaíso, patrimônio sustentável*. Revista INVI. Nº 65. Volumen Nº 24: p.179-194. Mayo 2009. ISSN: 0718–1299.
- SOUZA, Marcelo Lopes de.** *O bairro contemporâneo: ensaio de abordagem política*. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro. n. 51. p.139-172. 1989. ISSN: 0034-723X.
- VALLE L. F.** *O seu bairro é sustentável?* em <http://www.blograizes.com.br/o-seu-bairro-e-sustentavel.html>